

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2002 de Março de 25

----- 1.-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL -----

----- 1.1. -DIVISÃO ADMINISTRATIVA -----

----- 1.1.1.- SECÇÃO DE APOIO AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS E ARQUIVO.-----

----- 1- XIII CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ----- ----- MUNICIPIOS -----

----- Foi presente uma informação referindo que nos próximos dias doze e treze de Abril de dois mil e dois, vai decorrer o décimo terceiro Congresso da Associação Nacional de Municípios, e nos termos do regulamento deste Congresso as inscrições dos Congressistas deverão dar entrada nos Serviços da Associação Nacional de Município Portugueses, em Coimbra até ao próximo dia vinte e oito de Março, acompanhadas do respectivo pagamento que são quinhentos euros por município, independentemente do número de delegados, sem o qual não poderão as mesmas ser consideradas. -----

----- Naquele Congresso Nacional estarão presentes o Presidente da Câmara, o Presidente da Assembleia Municipal e um representante das Juntas de Freguesia, que foi eleito na anterior Assembleia Municipal, tendo sido eleito o Presidente da Junta de Freguesia de Arazede. O que se pretende que seja aprovado é o pagamento de quinhentos euros, para inscrição da Câmara Municipal de Montemor, e respectivos delegados, bem como seja autorizada a despesa com o alojamento dos delegados. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e aprovou por unanimidade os pagamentos de quinhentos euros para a inscrição da Câmara Municipal, bem como do alojamento dos delegado. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- 1.1.2. - SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS -----

----- 1- CLASSIFICAÇÃO DE SERVIÇO - RECLAMAÇÕES.-----

----- Na sequência da informação dos serviços apresentados em reunião de Câmara, sobre dois recursos hierárquicos sobre as classificações obtidas no ano de dois mil, por dois funcionários da Câmara: João Paulo Barquinha Almeida Seixo e Arménio Manuel Pereira Rodrigues, o executivo deliberou, face às informações que tinham, da área do Departamento de Administração Geral, por questões que a Câmara julgou mais convenientes enviar para o Sindico, para que o mesmo se debruçasse sobre o processo e os elucidasse, sobre a decisão a tomar (anexo número um). -----

----- Com base no parecer e na documentação disponível propõe-se que a Câmara autorize, a comunicação aos interessados que foi negado o provimento que era requerido pelos próprios. Se alguém considerar que continua a ter razões justificativas, terá outras instâncias para fazer prevalecer os seus direitos. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2002 de Março de 25

----- Interveio o Vereador Emidio Fidalgo dizendo sustentar o seu voto no Parecer do Sindico. -----

----- Tomou a palavra o Vereador Victor Camarneiro dizendo sustentar, também o seu voto no parecer do Sindico. -----

----- A Câmara deliberou por unanimidade indeferir os recursos hierárquicos dos funcionários João Paulo Barquinha Almeida Seixo e Arménio Manuel Pereira Rodrigues.-----

----- Esta decisão foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

----- **1.2 - DIVISÃO FINANCEIRA** -----

----- **1.2.1 - SECÇÃO CONTABILIDADE, ECONOMATO, PATRIMÓNIO E TESOURARIA.**-----

----- **1- PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO/2002**-----

----- Começou por intervir o Sr. Presidente da Câmara fazendo um preâmbulo, sumário, de entrada, passando depois à análise dos documentos de trabalho. Disse haver condicionantes extremamente graves que explicitará face ao Plano de Actividades e Orçamento de dois mil e dois, condicionantes aquelas que apesar de problemáticas, deixam oportunidade de se travar um diálogo, de se poderem esclarecer dúvidas, para depois se partir para um documento final que gostaria de ver aprovado na próxima Quarta feira, tentando ser um exemplo, para que na próxima reunião se vote um Plano e Orçamento, em que se retracte nessa votação, a solução de vontades políticas de desenvolvimento concelhio. -----

----- Ainda neste contexto de introdução gostaria de referir alguns aspectos: -----

----- Primeiro: Dar rigor, técnica e eficácia ao Plano de Actividades e Orçamento, foi um dos apanágios que se quis trazer para este executivo e esta nova gestão Municipal, não se podendo omitir que se está num ano de transição, de dois modelos funcionais totalmente diferentes, quer do ponto de vista político, quer do ponto de vista técnico, alertando ser o primeiro ano de introdução do POCAL. Um primeiro ano em que um conjunto normativo legal implica na contabilidade pública afecta às Autarquias, novos procedimentos; em segundo lugar as normas transitórias são inexistentes, os pareceres do reajustamento são lacunares, haverá pois, um período de transitoriedade, o qual gostaria que fosse um período ganho para novas metodologias, novos procedimentos sobretudo de maior rigor a nível orçamental.-----

----- Contudo acha que este ano vai ser um período transitório em que qualquer taxa de execução orçamental acima dos cinquenta por cento, se poderá considerar bastante razoável. A maioria das obras que neste momento se deparam no município e que estão a decorrer têm dois perfis diferentes: primeiro o nível de pagamento é extremamente baixo

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2002 de Março de 25

face à totalidade da envolvimento financeira decorrente da sua adjudicação, ou seja: uma grande parte da obra foi lançada o ano passado, foi facturada, mas não paga; por outro lado a sua execução em termos temporais afecta significativamente o ano corrente de dois mil e dois, nalguns casos, em média, de três quartos deste ano. Esta-se a falar em média em nove, dez meses, no mínimo, de afectação, o que significa que aquele volume de obras acrescido da dívida transitada, ascende a valores que rondam o milhão e meio, a um milhão e oitocentos mil contos. Haveria portanto, dois cenários possíveis que poderiam ser trazidos ao executivo: um ter uma visão de rigor fundamentalista, e através do autofinanciamento autárquico se fizesse a gestão corrente, e "queimar-se-ia", um ano de executivo para tentar diminuir ao máximo o défice, que está naquele montante, e que se compararem com três milhões, três milhões e meio de contos de orçamento, está-se a falar de quase cinquenta por cento. O segundo cenário é aquele desafio que faz, apesar de se ter de equacionar com um rigor extremamente grande quer de gestão orçamental, quer de execução de obras, propunha que não se parasse, antes pelo contrário, acrescentou-se quase um milhão de contos de obras, ou pelo menos, compromissos para obras novas havendo depois dois aspectos, em que terão que agir: primeiro em termos temporais saber administrar aqueles projectos novos de forma a equilibra-los com afectação de novos recursos, bem como com a sua temporização nos exercícios económicos seguintes; a outra questão que se prende com aqueles aspectos, e que são de filosofia política, era dentro daquelas prioridades sustentar eixos claros de desenvolvimento. Gostaria de sinteticamente criar uma sinergia do executivo, para que se virassem para quatro Projectos fundamentais: -

----- a) Salvar a candidatura/lançamento de todo o saneamento básico do concelho em falta. Já foi pedido aos serviços um macro número sobre as necessidades globais, quer em termos de projectos, quer de redes, quer de estações de tratamento. Quanto é que se precisaria para se fechar definitivamente a infra-estrutura global do saneamento do concelho, sabendo antecipadamente que tem pontos ainda não completados, que para o executivo são dados como já existentes em termos de saneamento, mas que não está completo? -----

----- b) Os centros históricos, completá-los, ultimá-los e relançá-los depois numa plurianuidade de investimento para um contexto não só urbano e paisagístico, mas sobretudo cultural e turístico. Para além daqueles aspectos que se consideram básicos, haveriam os modelos de desenvolvimento que considera serem necessariamente um apanágio e a caracterização deste mandato. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2002 de Março de 25

----- c)Um ponto que está contemplado na proposta mostrada, era a sustentabilidade de emprego do concelho, e aquela sustentabilidade passa pelos três sectores de actividade económica que se conhece. Aqueles sectores de actividade económica apresentam maior fragilidade no sector secundário, e em relação àquele aspecto, concretamente o Pólo industrial da Carapinheira/Montemor terá que caminhar este ano numa forma concludente e pragmática para o qual o executivo já deu aquela ideia, ao lançar os concursos de infra-estruturação da rede de gás, electricidade e telecomunicações, propondo-se a fazer a revisão de implantação face às necessidades de contornos definitivos que trouxessem, nos próximos meses a possibilidade de tornarem pública a afectação e a alienação dos espaços para a instalação das unidades fabris, que respeitassem um regulamento que salvaguarde o equilíbrio ambiental, o equilíbrio de sustentabilidade de emprego qualificado, etc.-----

----- d)Para além de tudo pensa estarem em condições de sustentar um desenvolvimento urbanístico que ultrapasse, a questão da revisão do Plano Director Municipal. Sugeriu os chamados Planos Municipais de Ordenamento do Território, que deveriam consubstanciar, nos centros privilegiados, urbanísticos do concelho, uma visão conjunta de urbanismo, paisagismo e desenvolvimento económico. Deveriam partir para aquelas formas de actuar, o plano de urbanização da sede do concelho, para um plano de pormenor da Carapinheira (zona do Alhastro), para um planeamento de Arazede e que se avance para planos de urbanização de Santo Varão e Pereira. -----

----- Ao mesmo tempo torna-se pertinente um plano de urbanização de Tentúgal e em simultâneo se avance com a sustentabilidade de um pequeno Polo industrial em Tentúgal. Salvar um Plano de toda a margem esquerda das freguesias existentes, nomeadamente de Verride, de Vila Nova da Barca, Ereira e Abrunheira. Em termos sumários que se crie uma rede clara de trabalho urbanístico que vá salvar e reforçar uma visão flexibilizada, modernizada, e sobretudo desenvolvida, mas sustentada do Plano Director Municipal. É um desafio delicadíssimo que vai comportar um investimento duplo extremamente elevado, em termos de capital e recursos humanos. -----

----- e)Disse ainda que não se deverá esquecer a questão social, cultural e desportiva. Pensa haver já hoje uma rede básica, de algumas infra-estruturas que considera de nível na área do desporto, havendo contudo ainda algumas infra-estruturas lacunares- uma é uma piscina municipal. Face a uma reunião que teve oportunidade de ter, na semana passada, com o presidente do IND em Lisboa, a rede de projectos de piscinas do Município passa fulcralmente por ter aqueles mesmos projectos devidamente aprovados, e no caso

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2002 de Março de 25

concreto, quer da piscina da Carapinheira, quer de Araze de, aqueles projectos não estão devidamente aprovados, vão ser agora alvo de novos pareceres por parte do IND, depois de negociados com o projectista; em relação à piscina municipal, para ser criada na sede do concelho, o mesmo projecto deverá estar pronto durante o próximo mês, existindo problemas que foram verificados na semana passada com a sua implantação em termos geográficos, uma vez que acarretarão alguns problemas do ponto de vista do saneamento, devido às quotas de implantação. -----

----- f)Em termos rodoviários a sustentabilidade do processo municipal passa sobretudo por duas preocupações essenciais: -----

----- Primeiro -consubstanciar a rede actual , salvaguardando que a mesma não está completa, devendo, ainda neste executivo, requerer um de dois traçados longitudinais, que pensa serem fulcrais: um que ligaria a trezentos e trinta e cinco, desde Araze de até à cento e onze, ou na zona de Tentúgal ou na zona das Meãs. -----

----- Em segundo com os aspectos da actual rede viária, terão que intervir de uma forma clara, no seguinte sentido: existem hoje, zonas rurais que reivindicam, e muito bem, uma atenção especial para a recuperação de troços que serão fulcrais para que se possa dar alguma melhoria de qualidade vida nos habitantes daquelas zonas, mas para além disto tem-se verificado que existem custos elevadíssimos de manutenção de rodovias, porque se têm esquecido de praticar uma política de manutenção junto daquelas vias de comunicação, das valetas, que até hoje nunca foi feita. Considera terem que assegurar um pacote de intervenção, de manutenção, que muitas vezes possa olvidar aquilo que as Juntas, sistematicamente são obrigadas a fazer, que é a limpeza das valeta e o controlo de muitos troços de quilómetros dentro da própria rede viária. Dentro desse âmbito o próprio Sr. Vereador Engenheiro Abel Girão já deu conhecimento às Juntas de Freguesia que se vai fazer um trabalho, por via do levantamento exigido pelo POCAL, de toda a rede viária concelhia. Em relação ao ano de dois mil e dois, e da rede viária proposta, pensa estarem a ser equilibrados, face às necessidades mais prementes, mas ficando aquém das necessidades que acabou de evocar.-----

----- g)Mais disse que, em relação a outro ponto, que pensa que a estratégia deste executivo deve ser claramente inovadora, e que propôs aos Senhores Presidentes de Junta, é uma política de parceria com as Juntas de Freguesia mais envolvente, mais eficaz e mais solidária. Tem que dizer que os primeiros três meses de actividade política, foi uma fase de integração, de análise, disse ainda ter apresentado um pacote de três intervenções claras de ajuda às Juntas de Freguesias, que decorrem da seguinte forma:- apoios materiais- terão

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2002 de Março de 25

que salvaguardar dentro do contexto da gestão de stocks e de aprovisionamento, estão disponíveis, para que no contexto de fichas previamente apresentadas pelos Senhores Presidentes de Junta, e que objectivem a utilização daqueles materiais, a necessidade temporal de os obterem, e sobretudo num equilíbrio de recursos para atingirem os objectivos claros de melhoria das necessidades sentidas pela população, irão distribuir materiais, nomeadamente manilhas, tout venant, brita, cimento, etc.. Em paralelo também apresentaram aos Senhores Presidentes de Junta um calendário para a utilização fora do contexto dos dias úteis de trabalho de toda a maquinaria, desde que salvaguardadas três premissas: -----

----- Primeira: que os operadores e máquinas sejam os mesmos, que no dia normal de trabalho actuam. -----

----- Segundo: que os encarregados da Câmara acompanhem aquelas obras ao fim-de-semana. -----

----- Terceira: que seja dada uma pequena memória descritiva prévia e atempada de onde se vai utilizar aquela maquinaria. -----

----- Disse ainda que quanto à primeira premissa julga ser importante, porque se liga o operador à máquina e nunca poderá haver desculpas que a máquina foi emprestada e depois veio danificada, porque foram outras pessoas que utilizaram; em relação à segunda premissa, havendo um controlo por parte dos encarregados, mais facilmente poderão potencializar as tarefas que estão a ser desenvolvidas. Responsabiliza-se a Câmara pelos encargos com os encarregados, das manutenções das máquinas, da utilização dos óleos, dos gásóleos, etc.. As Juntas ficarão apenas com os encargos do operador, desde que o dia de trabalho, seja em dia de descanso ou fim de semana. Aquele período de afectação da maquinaria será interrompido entre quinze de Agosto e quinze de Setembro, uma vez ser necessário uma intervenção aquando das festas concelhias, e não vale a pena estarem comprometidos com os Autarcas, não podendo depois ter aquela afectação. Disse também ir afectar, previligiadamente o período de quinze de Março a trinta de Julho para afectar a cedência das máquinas às Juntas de Freguesias. Depois caso o Inverno o permita, ao longo de um outro período intervir-se-á sempre, desde que hajam pedidos naquela matéria. Isto não significa que ao longo da semana não estejam a efectuar trabalhos nas Juntas, estão a complementar uma intervenção para além de uma política de intervenção diária . -----

----- Referiu ainda que em relação à terceira parte daquele pacote de ajuda propôs aos Senhores Presidentes de Junta, e fazendo um esforço extremamente grande, apesar do

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2002 de Março de 25

défi ce orçamental, viabilizar um apoio financeiro às Juntas de Freguesias que se elevará a quatrocentos e cinquenta mil euros, em dois mil e dois. É uma proposta baseada num critério, estabelecido, um critério subjectivo, mas que pensa ser aquele que mais equilibrará a estrutura financeira, e ao mesmo tempo servirá os interesses das Juntas de Freguesia. Referiu que a última vez que as Juntas foram apoiadas foi em mil novecentos e noventa e nove, com novecentos contos cada. Sublinhou que ao dizer que vão dar noventa mil contos, estão subscritos fora daqueles noventa mil contos, todas as responsabilidades de deliberações já tomadas este ano, bem como de continuarem a manter os pagamentos dos contratos programas que "herdaram". -----

----- Sendo a proposta concreta de afectarem às Juntas aqueles noventa mil contos da seguinte maneira: em relação às Freguesias de Abrunheira, Ereira, Vila Nova, Gatões e Verride iriam dar um apoio, no montante global de dezanove mil cento e vinte e cinco euros, cada. A maioria destas Juntas têm um orçamento na casa dos quatro mil contos, o que se propõe é dar-lhe quase o mesmo valor; estes montantes seriam depois actualizados nos próximos anos, de acordo com as capacidades do Município, mas era sua intenção chegar ao final do mandato e falar-se de um milhão de euros de transferência para as Juntas de Freguesia. -----

----- Disse ainda que transmitiu aos Presidentes de Junta para que lhe dissessem onde pretendem utilizar aquelas verbas, celebrando um acordo global com as juntas, ficando as mesmas com a responsabilidade de o executar, e sobretudo existem duas despesas que pediu que fossem assumidas: a da manutenção das Escolas do primeiro ciclo do ensino básico, a outra é a questão da limpeza das valetas, sendo uma competência que a Lei permite, descentralizar para as Juntas, não querendo, no entanto fazê-lo de forma abrupta, por isso solicitou que assumissem, em termos do Plano de Actividades, uma empreitada global de manutenção de toda a rede de valetas do Concelho, como se faz a outros níveis, e eles iriam secundarizar aqueles aspectos.-----

----- Voltando ainda às Juntas de Freguesia: à Freguesia de Liceia vinte e oito mil cento e vinte e cinco euros, à Freguesia de Santo varão, Seixo e Meãs trinta e um mil e quinhentos euros; às Freguesias de Tentúgal e Pereira quarenta e dois mil e quinhentos euros; Montemor e Carapinheira quarenta e cinco mil euros, Arazede cinquenta e seis mil setecentos e cinquenta euros. O critério subjacente e que pode ser contrariado, como qualquer outro, foi o número de pessoas existentes nas freguesias, olhou-se ao número de pessoas, ao orçamento e, na maioria dos casos, duplicou-se o orçamento. Pensa que historicamente as Juntas nunca tiveram apoios como aquele. Quer objectivar aquele apoio a nível de um

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2002 de Março de 25

acordo prévio de funcionalidade e de descentralização de competências, e dum conhecimento básico das iniciativas, que com base naquelas verbas, eles vão suportar. -----

----- h) No que respeita à Cultura, referiu ainda ter recebido um telefonema na Sexta feira à tarde (dia vinte e dois de Março), do Ministério da Cultura, mais propriamente do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, onde uma das Directoras de Serviços, deu-lhe conta por parte do Presidente daquele Instituto, ser necessário no dia dois de Abril a presença do Presidente da Câmara de Montemor para ir ao Palácio da Ajuda para assinar um contrato programa para a Biblioteca Municipal. Recordou também que anularam, muito recentemente um concurso, na casa dos duzentos e dezasseis mil contos, e o contrato programa que lhes foi agora enviado diz o seguinte: existe um parecer dado que, na componente da obra de construção civil do contrato programa o valor global que é por eles pré fixado é de cento e trinta e oito mil novecentos e sessenta contos, do qual participam cinquenta por cento, ou seja para o tipo de obra que eles dizem que a Câmara tem direito, calculam que o tecto máximo da construção civil daquela obra é de cerca de cento e trinta e oito mil novecentos e sessenta contos, dando somente um apoio de cinquenta por cento, o qual equivale a cerca de sessenta e nove mil contos. Para efeitos de inscrição na componente de estudos no contrato programa, será considerado o valor global de seis mil cento e setenta e seis contos, do qual participam cinquenta por cento, ou seja, se somarem uma e outra está-se a falar de cento e quarenta e cinco mil contos, ou setenta e dois mil e quinhentos contos de apoios.-----

----- Mais disse que se aquela obra for a concurso, não vão ter mais que um terço daquele custo participado, existindo a hipótese de irem buscar ao equipamento e ao mobiliário e aos fundos documentais cinquenta por cento, do total avaliado em cento e cinquenta mil contos. A única dúvida naquela matéria é a seguinte: no âmbito do projecto, que é a construção civil, irá ter um desfasamento extremamente elevado entre custo e participação, se mantiver o mesmo projecto.-----

----- O que gostaria de colocar à consideração é o seguinte: deveriam renegociar aquela circunstância com o Instituto após a assinatura do Contrato -Programa. Isto porque também se prevê a obtenção de outras fontes de financiamento, que completariam este contrato que se insere no PIDDAC dois mil e dois.-----

----- i) Referiu ainda existirem mais aspectos que julga necessários de dar alguns esclarecimentos. Existia um ante projecto para uma eventual reutilização funcional do edifício dos Paços do Concelho. Pensa ser uma necessidade de médio prazo, que deveria ser feita ainda neste mandato. Considera que o edifício é excelente mas tem

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2002 de Março de 25

manifestamente fragilidades funcionais e operativas para um serviço adequado de atendimento ao munícipe, que pensa que deveriam equacionar, não lhe parecendo que numa situação financeira como a que se deparam, seja prioritário estar a equacioná-lo, havendo, no entanto, linhas de apoios às reestruturações dos serviços municipais das autarquias, e para a qual deveriam pensar em estruturar um projecto completo, e poderem perspectiva-lo para o próximo ano, mas eventualmente ser necessário candidatá-lo ainda este ano.-----

----- j)Em relação ao ensino (educação), quer do Pré - Escolar, Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos Secundário e Profissional, globalmente a estratégia é a seguinte: privilegiar o Pré - Escolar e o Primeiro Ciclo. Existem situações delicadíssimas que terão que ter soluções. Disse ter tido uma reunião com o Senhor Director do CAE, que lhe falou de alguns potenciais agrupamentos e integração, que visava a suspensão dalgumas escolas, para a qual é manifestamente contra; seria ideia do CAE, que com a abertura da E.B.I. de Pereira, que todas as Escolas do Primeiro Ciclo, de Reveles até Santo Varão, seriam transferidas para a E.B.I. de Pereira. Referiu não ser com a sua anuência e que iria ouvir o actual executivo, não sendo no entanto com o seu voto que iria acontecer tal pretensão. -----

----- Considera que neste momento não há uma política de recursos dentro daquela área que cabalmente responda aquela matéria, por outro lado acha que aquela análise financeirista da Educação tem que acabar. O investimento de recursos humanos, não pode ser feito através da suspensão de escolas que reduzam os custos, porque não estavam salvaguardados, na maioria daqueles casos, questões de aumento dos efectivos pedagógicos que suportassem a "aglomeração" do número de alunos transitados. Não podem, contudo, esquecer que existem casos, como o da escola de Casais Velhos com dois alunos, de Vila Nova da Barca com quatro, de Revelos com sete e de outras com números reduzidos de alunos. -----

----- O que lhe parece é que se pode evoluir para uma "Escola Polo", isto é, não se dar a transferencia total para uma Escola Básica Integrada, mas caminhar para uma integração gradual das crianças, desde que a perspectiva intermédia viesse salvaguardada dos reforços totais de efectivos pedagógicos. O que significa que se juntar uma turma de sete, com uma que já tenha catorze alunos, passam a vinte e um , e ficar só uma professora, o que pedagogicamente se diz estar a resolver um problema, está-se apenas a criar dois, porque se está a mudar crianças para um lado, afastando-as do seu meio e depois não estar a dar o apoio pedagógico para que as vinte e uma passem a ter dois professores, para poderem ter melhor rentabilidade. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2002 de Março de 25

----- Uma outra informação pertinente é que a E.B.I. de Pereira, vai abrir mas não vai contemplar o Pré - Escolar, o que significa que têm hoje o Pré - Escolar de Pereira, em situação, que não se pode manter e vão ter que apresentar uma solução. Propõe que com a desafectação da escola quer do Tojal, quer da escola existente em Pereira, têm mais que condições para reafectar uma daquelas Escolas para o Pré- Escolar, temporariamente. -----

----- l)Disse ainda que gostaria de dar conhecimento aos Vereadores que no projecto desportivo, vão este ano avançar com a primeira parte da introdução do Desporto nas escolas do primeiro ciclo, do ensino básico e pré - escolar. Já tinham ido ao CAE, e já viram autorizado aquele projecto que no terceiro período do corrente ano vai funcionar em regime de escolas piloto: Escolas do Seixo, de Montemor, de Santo varão e Carapinheira, tendo pedido o destacamento de quatro professores para o próximo ano, para darem apoio a todo o projecto, a nível concelhio a desenvolver já a partir de Setembro. -----

----- m)Em termos de saúde, a preocupação maior , vira-se para o Centro de Saúde de Arazede, que terá que ser concluído, uma vez que já o ano passado o mesmo não foi concretizado. -----

----- n)Referiu ainda que na área da Acção Social, a questão do projecto de luta contra a pobreza irá ser retomado, os apoios às IPSS, a criação e manutenção das bolsas de estudo num sentido mais alargado, etc.. -----

----- o)Chamou também a atenção para um aspecto, relacionado com a habitação, estando-se a recuperar os Centros Históricos de Montemor, Pereira e Tentúgal, fazendo-se um investimento de centenas de milhares de contos, e tem tido a oportunidade de verificar, que é mais que necessário que a própria comunidade, seja chamada em pareceria com a Câmara Municipal, a intervir no seu Património. -----

----- Já foi pedido aos serviços, nomeadamente à parte do GPI, dos Serviços de Taxas e Licenças e á parte da DOSU, que durante o mês de Abril elaborassem uma postura, claramente, numa primeira fase pedagógica mas desafiadora, para que os privados intervissem numa recuperação urgente dos seus imóveis, assim como própria Câmara desse aquele exemplo, mandando cair e recuperar fachadas, muros, etc., dentro do contexto daqueles Centros Históricos. Iria propor ao executivo que, depois tivesse uma política de isenção de taxas, desde que a Lei o permitisse, uma vez que viesse a ser efectivado, lançariam uma política de "fiscalidade", dentro daquela matéria atenuadora e que permitisse aquela reparação. -----

----- Em paralelo, o GPI, está também a desenvolver um trabalho, para que se faça um desafio claro à iniciativa comercial da sede do Concelho, para que agora com contexto

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2002 de Março de 25

integrado possam ter esplanadas condignas e abertura dos estabelecimentos ao fim- de - semana. Também está a ser feito um levantamento de edifícios que ao nível do Concelho mostrem perigosidade, para que tenham uma intervenção célere na recuperação daqueles mesmos imóveis. -----

----- Falou em dois ou três aspectos, dum conjunto de preocupações que deveriam ter para o embelezamento, a melhoria, e sobretudo para o aspecto ambiental, paisagístico arquitectónico, urbanístico do nosso Concelho. -----

----- Em termos mais conclusivos, disse ainda que, em relação a Ordenamento do Território, Planos Municipais de Ordenamento, a fase inicial seria privilegiar a cartografia do Concelho, seria nevrálgica para a reformulação do PDM, para a concretização dos Planos Municipais de Ordenamento que privilegiassem a parte urbanística e a parte de desenvolvimento económico. -----

----- Em relação ao saneamento, disse que numa primeira fase existe matéria mais que importante, para consubstanciarem desde já um trabalho alargado, e que irá trazer um investimento extremamente elevado, durante o corrente ano. Quanto ao abastecimento de água pensa que deverão colmatar as brechas existentes, terão também que equacionar, durante o mandato, uma nova política de gestão municipal de águas, de saneamento, de resíduos, de lixos, etc.. Estando num novo século, numa estrutura já de oferta de rentabilização daqueles serviços, que considera que a própria estrutura local, e como espera até ao final do primeiro semestre ter um documento para apresentar à Câmara ,de superação dos serviços na orgânica funcional e do quadro do pessoal, tendo uma visão clara que seria altura objectiva de se redefinir o que se quer para o Município, dentro daquelas áreas. Até lá não irá por em causa a qualidade de prestação de serviços, a utilização da rede total, etc.-----

----- Quanto à protecção do meio ambiente/ conservação da natureza, referiu que a questão fundamental se prendia com os espaços verdes, e dentro daquela matéria o que está apresentado não é satisfatório, e pensa poderem ir mais longe, em relação aos espaços verdes que querem criar no Baixo Mondego . -----

Em relação à Cultura, pensa já ter sido claro: os investimentos na Biblioteca Municipal, do Solário dos Duques de Aveiro, a questão do POSI, a questão das Políticas Culturais, que neste momento estão em causa, as questões relacionadas com as festas concelhias, com os comités de geminação, com a recuperação do Castelo, dos Centros Históricos, etc.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2002 de Março de 25

----- Disse também ser um desafio grande que têm pela frente, mas que é necessário fazerem uma avaliação do que herdaram, e terem depois o arrojo de fazerem novos desafios, para um programa cultural, para um projecto de desenvolvimento diferente.-----

----- Referiu ainda que em relação ao Desporto, Recreio e Lazer, privilegiadamente Pista de Remo, depois arranjos interiores e exteriores do Pavilhão Municipal, que neste momento está a atingir a rotura funcional e operativa, as piscinas, das quais pretende a aprovação dos projectos das piscinas da Carapinheira e Arazede, e privilegiar a construção da Piscina Municipal de Montemor. Já teve oportunidade de falar com o Presidente da APPACDM, e propor uma reunião urgente para, dentro do plano de desenvolvimento desportivo, e enquanto não se concretiza a piscina municipal, rentabilizarem o tanque da APPACDM em Montemor. -----

----- Mais disse que em relação à construção da piscina municipal de Montemor, que estará localizada junto ao campo de futebol, os estudos geo - técnicos estão a ser efectuados, tendo pedido que fossem alargados, não só ao contexto da localização inicialmente prevista, mas também em relação ao próprio terreno do campo de futebol. -----

----- Disse ainda prever a mudança do campo de futebol, soluções alternativa: se o campo de futebol saísse dali, pressupunha-se a criação de uma localização diferente para a piscina, mais abrangente, mais arejada, a criação de courts de ténis nas suas imediações, a rentabilização do resto do espaço como fonte de financiamento, a aquisição de novos terrenos e a implementação do novo campo de futebol. -----

----- Por uma questão de postura política tudo isto será colocado à discussão, embora tenha as ideias claras naquela matéria. -----

----- A construção da pista de ciclismo, dentro daquele ponto de vista, na sua opinião era também um projecto necessário. Dentro daquele contexto quis deixar alguns aspectos à discussão.-----

----- Mais disse que, passando à questão da indústria, dos pólos que virão a ser implementados, alguns deles implicarão claramente acções imediatistas, que joguem contra a especulação que possa estar subjacente a tudo aquilo. Têm zonas que o PDM actual, não consigna como zonas industriais, era aí que deveriam intervir, antevendo numa discussão o pretendido e até onde é que iriam.-----

----- Quanto a transportes rodoviários e vias de comunicação, já foi falado, havendo a questão das vias que se irão ver mais em pormenor.-----

----- Referiu ainda que nos serviços de transportes, o parque de viaturas que a própria Câmara tem, no ponto de vista de funcionamento é mau, mas dá o exemplo da

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2002 de Março de 25

Presidência e Vereação, que também tem um parque obsoleto, e que de momento não irão trocar de carros, talvez para o fim do ano, ou principio do próximo. A questão será passar aos serviços uma imagem clara de racionalidade da despesa corrente, ao nível das aquisições de serviço : se gastavam cem, por exemplo, não vão continuar a gastar cento e um, talvez se tenha que passar para oitenta, e refazer a política da despesa corrente, que nalguns casos terá que ser rentabilizada. Em relação à política de recursos, humanos, dentro daquela área, por exemplo, houve uma "intoxicação" de contratos a prazo, de avenças e de contratos a termo, efectuadas o ano passado cuja conclusão vai-se ultimar em Outubro e Dezembro deste ano e que aumentou os encargos salariais em cerca de vinte e cinco por cento, sendo quarenta e cinco pessoas, que durante o segundo semestre do ano passado entraram para a Câmara Municipal. -----

----- Em relação à parte do Turismo, passará fundamentalmente pela recuperação das zonas envolventes do Castelo, da recuperação da zona do Parque de Campismo, da criação do centro de pesca, que ficará na zona envolvente ao parque de campismo, havendo dois, ou três pormenores que deixará para discussão: a eventual retirada do centro equestre, de onde está, tendo também intenções de dar indicações aos serviços da Câmara, que quando considerarem estar criada uma toponímia adequada dentro da sede do Concelho, mandar encerrar a porta da Peste do Castelo e mandar abrir a Porta do Sol; criar condições de estacionamento privilegiados para autocarros e alguns carros, na zona de estacionamento, para passantes que venham visitar o Castelo, e obrigar a uma circulação interna dentro da Vila de Montemor. Pensa haver condições, que "obrigam", as pessoas a ir dentro da Vila, criar-lhes um circuito gradual, que está previsto através de alguns projectos, de criar atractividade no circuito a desenvolver. -----

-----**A Reunião de Câmara foi interrompida para almoço, tendo sido retomada novamente às quinze horas e trinta minutos.** -----

----- Retomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara dizendo que face à sua intervenção inicial, achava melhor passar a palavra aos diferentes Vereadores que quisessem fazer uma intervenção que pudesse melhorar e beneficiar todo aquele projecto, e sobretudo, ouvir a opinião face aos objectivos globais que foram apresentados.-----

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo que, quando entrou para a reunião, da parte da manhã, tinha como objectivo dizer que faltava muita coisa, faltava, aquilo que considerava ser as grandes opções do plano, porque o documento que lhes tinha sido fornecido não passava de um, elencar de números, de acções, mas não tinha qualquer tipo de fundamentação, e por isso não merecia da sua parte a consideração, mas que, depois

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2002 de Março de 25

da explicação que foi dada pelo Sr. Presidente, passaram a ter. No esclarecimento de uma série de coisas: de decisões e perspectivas, que influenciaram apesar de contas os números que lá tinham sido colocados, que ao princípio não passavam daquilo mesmo. -----

----- Gostaria também de dizer , que do ponto de vista político, aquele era um Plano ainda mais Socialista, do que aquele que eles próprios poderiam defender. Consideravam que as explicações que foram dadas vão ao encontro, de muitas das perspectivas que eram apresentadas, e na sua grande parte eram comuns, quer num, quer noutro manifesto. Consideram, que o Plano reúne as condições, porque responde a muitas das propostas que foram feitas, e que correspondem a uma mudança que era defendida e urgente ser tomada, em termos da dinâmica da própria Autarquia. Antes de passar a alguns pormenores e a alguns desafios que foram feitos pelo Sr. Presidente, gostaria de sugerir que aquilo que foi dito de manhã, a explicar o Plano seja passado a escrito. Referiu ainda que na leitura que fizeram, dos manifestos, e onde encontraram bastantes semelhanças , não sabe se está, ou não previsto o Serviço de Atendimento às Juntas de Freguesia, que de algum modo crie uma "via verde" às Juntas, dentro da própria Câmara, não está também referido se o tal Gabinete de Apoio ao associativismo vai ou não existir? Não está referido se vai ou não haver, conforme era proposto, o Concelho Municipal da Juventude? Um conjunto de perspectivas que foram apresentadas durante a campanha eleitoral, que se podem encontrar, ou não, naquele documento, mas os números, e números que obedecem a rubricas, e as rubricas têm uma amplitude tão grande, que nem sempre é fácil adivinhar o que lá está inserido. -----

----- Disse ainda que não viu em nenhum lado, e não tinha sido focado pelo Sr. Presidente, nada que dissesse respeito ao Centro Histórico de Verride. Verride tem, em termos de Centro Histórico, não em dimensão, mas em qualidade, talvez, invulgar peso no nosso concelho. O Centro Histórico de Verride tem condições e potencialidades, que nem Tentúgal, nem Montemor, nem Pereira têm. Podem ter, eventualmente, nos Centros Históricos de Montemor, de Pereira e Tentúgal, uma maior monumentalidade: o Castelo, por si é um emblema, em Pereira a Igreja, algumas casas que são também emblemáticas, em Tentúgal a mesma coisa, mas a unidade do Centro Histórico como o de Verride, não existe em mais lado nenhum, e que permite um aproveitamento e uma requalificação, em termos de Turismo, e a outros níveis, impressionante, não estando estes aspectos focados em lado nenhum. -----

----- Mais disse que, em relação às Juntas de Freguesia, as propostas que eram feitas eram importantes e de considerar. Eram também uma evolução bastante significativa, que

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2002 de Março de 25

julga ser do agrado da totalidade das Juntas de Freguesia, relativamente ao que se fazia anteriormente. Do seu ponto de vista, falta contudo, depois daquele plano, enquadrar aquele relacionamento com as Juntas, os Serviços de Atendimento, de forma a que se perceba bem qual a dimensão das incumbências que passam para as Juntas de Freguesia, qual a sustentação económica, e ao mesmo tempo de que maneira, seria possível transferir mais algumas competências, especialmente ao nível de manutenção de espaços públicos, até mesmo para servir de interface entre a Câmara Municipal e os Municípios. Por vezes o município fica sujeito a um processo burocrático administrativo, que provavelmente, seria possível ser descentralizado, embora em articulação directa com os serviços da Câmara Municipal, não em todas as Juntas de Freguesia mas nalgumas mais relevantes. É importante realçar que, a proposta que é feita no sentido de descentralização para as Juntas de Freguesia, é bastante importante e aconselhável. Mesmo a questão da manutenção dos espaços verdes, não só os espaços públicos, mas também os espaços verdes que existam em vários sítios. -----

----- No âmbito do Turismo falou-se na questão do Parque de Campismo, pensa que no Plano e Orçamento, não está valorizada a intervenção que faz falta fazer, e também não está integrada a perspectiva de uma grande integração do Parque de Campismo. Em relação a zonas ribeirinhas, pensa também que alguma coisa que foi consensual nas perspectivas que eram apontadas quer pela actual maioria, quer pelo Partido Socialista, era valorizar o Rio Mondego, especialmente na relação que ele tem com as Freguesias do Concelho de Montemor. Também não está nada previsto para isso, é obvio que não será possível fazer tudo num ano, mas pelo menos deixar o desafio para que comecem a pensar e projectar intervenções que valorizem a zona ribeirinha das diferentes Freguesias. Gostaria de ser um pouco mais ambicioso em relação ao que foi dito, e lançar um programa de valorização urbanística das vilas, das aldeias e lugares; apresentava isso no seu manifesto. --

----- Deve-se também estimular, os particulares, as entidades, a Câmara terá que ser a primeira a dar o exemplo do seu Património, as próprias Juntas de Freguesia, as Associações, e estimulá-las elevando um programa de valorização, fazendo um concurso, tomar iniciativas, no sentido em que os espaços públicos pudessem ser também cuidados. Se houver alguma imagem deplorável no Concelho de Montemor, será a dos espaços públicos. Ver-se-ia ainda qual a hipótese de se criarem, micro Empresas, ou Empresas de Inserção, ou seja: criar respostas que as Juntas possam utilizar na manutenção dos espaços públicos. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2002 de Março de 25

----- Disse ainda, que nos aspectos relacionados com a educação, pensa ser importante acautelar, para que a Câmara não vá criar respostas onde já existam. Aqui a Câmara dá ideia de uma intervenção excessiva, em relação a algumas áreas que são do domínio tradicional das Associações e com quem a Câmara poderia perfeitamente protocolar, em vez de gerir directamente. -----

----- Quanto ao antigo quartel da GNR, pensa que a questão que foi focada, do eventual aproveitamento do Edifício Ester de Carvalho, com o Edifício da Filarmónica, há muito tempo que já foi abordada, mas depois cada uma das Associações acabou por ter o seu projecto individual, e não criaram uma optimização de espaço que poderia ser desejável. Pensa também que o antigo quartel da GNR, possa servir para muita coisa, não sabendo até que ponto será viável compatibilizar, aquilo que já está feito no Ester de carvalho, com a Filarmónica. -----

----- Quanto à questão da Cultura, pensa que houve bastante trabalho noutras áreas, e no que diz respeito à Cultura parece pouco claro,. Fazia todo o sentido criar-se um programa em que todos estivessem em igualdades de circunstâncias, e pudessem concorrer àquele programa, que teria verbas afectas, quer para a componente de funcionamento, quer para a componente do investimento em infra-estruturas, quer para a componente de formação, quer para a produção.-----

----- Disse ainda que, em termos de apreciação global, pensa que aquele orçamento, apesar de tudo, dificilmente poderá ser concretizado. Está previsto projectar toda a cobertura concelhia do saneamento básico, mas não há duvida que não irá ser fácil, durante este ano executar um orçamento que prevê ao nível dos custos, cerca de vinte e nove milhões de euros. Por outro lado, na questão dos planos Culturais não há nada de novo, mantém-se as "Histórias com Chá", a Feira das Freguesias e das Associações, a Gastronomia e Património que tem doze mil e quinhentos euros orçamentais, Festas Concelhias, pensa haver uma verba generosa, sessenta mil contos dá fazer para muita coisa. Disse também, compreender aquele orçamento naquela base, existindo uma parte substancial do orçamento que estará comprometida, e apesar de se estar no fim de Março aquele orçamento supostamente, terá que dar cobertura àquilo que poderá já ter sido pago no mês de Janeiro.-----

----- Referiu ainda que sobre a questão de um eventual Parque Desportivo ao nível da Sede do Concelho, julga que neste momento, estando a Câmara "empenhada" , no complexo Náutico, faria todo o sentido potenciá-lo ao máximo, e transformar aquele espaço num grande centro de lazer, desporto, recreio, etc.. A possibilidade da transferência

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2002 de Março de 25

do campo de futebol, a possibilidade da piscina, a possibilidade dos campos de Ténis, deveriam enquadrar-se com o próprio complexo Náutico, não quer dizer que seja na margem esquerda, mas algures na zona ribeirinha que vá da Ponte Alagoa e o próprio complexo Náutico, para que tudo aquilo forme um conjunto ribeirinho. O próprio Centro Hípico poderá ser mudado, mas do seu ponto de vista não deveria ser mudado para muito longe daquela dinâmica, porque aquele valor acrescentado que todas aquelas ofertas poderão trazer, vão viabilizar o complexo Náutico. Se concretizarem alguns projectos que foram apresentados na última reunião, poderá ser um "caso sério", em termos de desenvolvimento. -----

----- Referiu que irá colaborar na aprovação daquele Orçamento, daquele Plano e tentar que ele venha a ser executado. -----

----- Retomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara, dizendo em primeiro lugar, já ter estado na Câmara em mandatos diferentes, quer de maioria, quer de oposição, e que nunca aconteceu discutir-se um Plano de Actividades e Orçamento, como estão a fazer. ---

----- Normalmente os próprios serviços fundamentavam com um justificativo do Presidente e as coisas eram aprovadas. -----

----- Segundo: há ali uma simbiose que terão que assumir, se fossem extremamente fundamentalistas e coerentes com o que defendem, apresentariam um orçamento de cerca de quatro milhões de contos, e chegavam ao fim a saber que teriam quase cem por cento de execução, politicamente teriam uma derrota cabal daquilo que é uma esperança da sociedade civil de Montemor/Concelho, perante o novo executivo. São aspectos que estão condicionados pelo POCAL, mas que este ano ainda vão permitir alguma iniciativa, com a susceptibilidade de se correrem alguns riscos. Concorda que o nível de execução daquele orçamento, se ultrapassar os cinquenta e cinco por cento, será muito bom. -----

----- Mais disse que, conforme a aprovação que se venha a fazer da despesa, terão que entrar na tal engenharia financeira de arranjar, pelo menos em termos de equilíbrio contabilístico, a receita que lhe é afecta. Pode dar exemplos: a reconversão do passivo, reavaliação dos encargos, afectação a novos empréstimos e eventual sinalização de financiamentos, etc. Deve-se criar, em termos de um investimento estratégico, uma linha condutora para os próximos quatro anos, devendo-se definir, à partida e corrigindo-a nos anos seguintes. -----

----- Em relação às Juntas de Freguesia, entenda-se que algumas das sugestões terão que ser integradas, nas grandes opções do documento, mas não vão ter expressão clara na

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2002 de Março de 25

despesa. Nesta fase transitória pensa que devem assumir aquele risco, e levá-lo ao máximo da sua execução, nos próximos anos, terão que ter maiores níveis de execução orçamental.

----- Tomou a palavra o Vereador Emidio Fidalgo, dizendo quem em relação ao documento que lhes tinha sido entregue, não era um documento completo e que se adaptasse às circunstâncias, nomeadamente aos deveres, para que deveria ter sido apresentado, uma vez que se mantinha algumas rubricas, que se percebia terem que ficar abertas, para que no futuro, se pudessem fazer algumas transferências. Disse ainda faltar no documento, a explicação dada pelo Presidente da Câmara, da parte da manhã, que veio consubstanciar as dúvidas que tinham em relação àquela matéria, nomeadamente a algumas linhas orientadoras. No que diz respeito a discutirem o Plano e Orçamento daquela forma, pensa ser a única forma que têm para o discutirem.-----

----- Mais disse que, na questão do saneamento, quando o Presidente disse que os serviços viessem a fazer um levantamento pormenorizado da rede de saneamento existente que falta e daquelas que já existem, mas necessitam de alguns ajustes, acha necessário que a Câmara faça aquele mesmo levantamento, em relação às águas. Gostava de alertar: se forem visitar os reservatórios semi- enterradas, descobrirão que há um desprezo daquelas zonas, sendo necessário haver manutenção. As vedações deverão estar arrançadas, as portas deverão ter chaves, porque nada pode prever que façam alguma "coisa", dentro de um complexo daqueles. -----

----- Disse ainda estar perfeitamente de acordo que se descentralize, e que se dê novas competências às Juntas de Freguesia. O que pedia à Câmara no que diz respeito às obras a efectuar pelas Juntas de Freguesia, as manutenções a serem feitas pelas Juntas que houvesse de algum modo um apoio técnico da Câmara, não só com o encarregado, com o técnico, para não se apanhar algumas "aberrações", como se podem ver nalgumas Juntas de Freguesia. Na questão das valetas e das vias, pensa que deveriam afastar isso um pouco das Juntas de Freguesia, arranjando a Câmara uma empreitada de adjudicação de conservação. É uma perfeita vergonha aquilo se vê quando se entra numa qualquer Junta de Freguesia nas valetas quer sejam das estradas secundárias, quer das estradas principais em que os esgotos vão para as ruas, as ervas crescem, dando uma imagem degradante da própria Junta de Freguesia e por sua vez do Município. Quanto ao edifício da Câmara, já há muito tempo que acha, que aquele edifício não tem condições para ser funcional a nível dos serviços camarários, pensa ser necessário, não para um ano nem dois, fazer-se um novo edifício, criar uma estrutura que seja funcional a todos os funcionários da Câmara, servindo o antigo edifício para uma outra coisa.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2002 de Março de 25

----- Quanto ao desporto nas escolas, pensa que era importante a Autarquia definir, primeiro que tudo um projecto desportivo, e aquele projecto desportivo passaria também pelas escolas, mas teria todas as outras vertentes, e depois perceberem também que tipo de professores é que irão destacar, porque o que é fundamental na área desportiva é destacarem-se professores que tenham uma habilitação própria para três ou quatro modalidades. -----

----- Uma outra questão, o Centro de Saúde de Arazede, é um "elefante branco", que está ali há doze anos, e ao longo dos anos tem estado perfeitamente abandonado, já não reúne as condições, se não for totalmente reestruturado e dividido por dentro, pensa que a Câmara Municipal, neste primeiro mandato tem que encontrar uma solução para aquele Centro e de algum modo pôr aquilo a funcionar, se não forem eles a investirem, fazerem com que alguém invista. -----

----- Interveio o Vereador Abel Girão, dizendo ser muito importante a questão dos reservatórios de água. Disse ainda considerar-se satisfeito com o Orçamento e Plano apresentados, porque vai por um lado, dar continuidade às obras que têm em execução, por outro lado vai resolver, em parte, alguns problemas de vias de comunicação que estão de tal maneira degradadas que exigem, uma acção financeira da Câmara, que vai resolver algumas vias, gostaria que fossem bem mais, mas tal não será possível. Em termos de saneamento básico irão avançar com uma série de projectos, que durante os próximos três anos esperam estar concluídos. Relativamente ao apoio técnico aos trabalhos, foi uma questão que também foi abordada na reunião das Juntas, em que segundo intenção do Sr. Presidente não irão ser feitos, só mais protocolos com Juntas de Freguesia, o que irá haver, sobretudo, é apoios, apoios esses que irão ser controlados; os trabalhos que estão a ser executados, durante a semana os encarregados acompanham os operadores, e nos trabalhos aos Sábados, embora a câmara vá autorizar que haja cedência de equipamentos às Juntas de Freguesia, aquela cedência irá ser feita com regras: a máquina que irá trabalhar terá que ser manobrada pelo seu condutor habitual, os trabalhos que forem executados serão em colaboração com o encarregado da Câmara, que irá acompanhar as "brigadas" que estejam a trabalhar nas Juntas de Freguesia. -----

----- Relativamente ao Centro de Saúde de Arazede tem a dizer que o processo está a "andar". Tiveram uma reunião com o arquitecto, em que foram analisadas as alterações a introduzir no projecto. Até Setembro têm cerca de trinta e cinco mil contos, quinze mil que transitaram do outro mandato, mais vinte mil deste ano, e como tal aquele dinheiro terá que ser gasto até lá, senão irão perdê-lo, o processo terá que "andar a todo o vapor". -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2002 de Março de 25

----- Tomou a palavra o Vereador Emidio Fidalgo, dizendo ter um pormenor que gostaria ainda de referir, que era uma questão respeitante à parte eléctrica: existem muitas pessoas, e verificaram isso na campanha, a pedirem "pontos" de Luz. Alguns que reconhece que o fazem com legitimidade, outros não. O queria pedir à Câmara era que de algum modo fizesse o levantamento daquelas questões, uma vez haver luz onde não seria necessário e vice-versa. Não havendo necessidade de gastar luz onde não é preciso, mas sim onde haja mais população e onde faça mais falta. -----

----- Retomou a palavra o Vereador Abel Girão dizendo que o levantamento não era feito por eles, eram as próprias Juntas de Freguesia, que faziam periodicamente aqueles pedidos, e todos os pedidos de iluminação têm sido despachados, alguns terão seguimento, outros não devido ao seu custo. -----

----- Interveio novamente o Presidente da Câmara, para alertar o Sr. Director de Departamento, que teve oportunidade de estar com o Director da EDP, e face à previsão do novo Mercado Municipal, ainda não está nada tratado na questão eléctrica. É uma situação que deverá ser resolvida de imediato. -----

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo que quanto à conclusão definitiva dos Pavilhões das Meãs e Pereira, não está nada definido. As Meãs já teve um avanço relativamente à sede, mas em relação ao Pavilhão não sabem qual é a perspectiva. Em relação a Pereira exactamente a mesma coisa. Estranha não ter aparecido, e admite que não é possível incluir, a questão da Piscina de Pereira, mas veria com bons olhos ainda que projectada daqui a dois anos, a possibilidade de contemplar um tanque ou piscina que reforce o complexo escolar. -----

----- Tomou a palavra o Vereador António Ramalhete dizendo haver pelo menos duas questões que queria colocar: tudo indica que no ano dois mil e dois, dois mil e três a Escola EBI de Pereira comece a funcionar. A estrada que sai do Pontão de Santo Varão e vai ter à EBI, não vem contemplada naquele Plano? Uma outra questão que gostaria de referir era que Pereira foi abalada por uma onda de assaltos. No manifesto eleitoral, tinham contemplado uma iniciativa para que se viesse a instalar uma secção da GNR em Pereira, o certo é que no Plano, neste momento não está nada mencionado. Neste momento a Junta de Freguesia já tem desbloqueado uma situação, que poderia ser um entrave para que isso acontecesse, que é o edificio que está da parte de cima do Apeadeiro, seria um caso a considerar, assim como uma valência para os Bombeiros Voluntários, nada disto vem no documento. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2002 de Março de 25

----- Quanto às Juntas de Freguesia pensa o trabalho mais rentável, é o que é feito ao fim de semana. Pensa também que na verba que é atribuída às Juntas de Freguesia, deveria haver obrigatoriedade de parte daquele capital ser investido em maquinaria.-----

----- Interveio o Presidente da Câmara dizendo que já tinha tido oportunidade de falar, quase todos os Presidentes de Junta, e teve mais ou menos uma visão de como é que pretendem utilizar aqueles subsídios, uma grande parte vai utilizar em maquinaria, através de "leasing". Em relação às questões das estradas que são levantadas, encontram no Plano do Orçamento e Actividades de dois mil e dois, um conjunto de intervenções que foram consideradas mais adequadas agrupá-las: grandes conservações de estradas, grandes conservações de escolas, e depois lá no meio juntou-se todo o tipo de intervenção. Neste momento seria impensável do ponto de vista orçamental e contabilístico, estar a separar despesas que já foram pagas, que estão afectas às diversas estradas, a opção foi manter para conclusão daquelas mesmas obras que estão a decorrer, a mesma rubrica orçamental. -----

----- Interveio o Vereador Pedro Machado, dizendo haver claramente uma convergência de preocupações. Existem duas notas que gostaria de reforçar, por um lado em relação à forma, por outro lado em relação ao conteúdo. Em relação à forma pela abertura previa que é feita em relação à discussão do plano e apresentação, em relação ao conteúdo, o Presidente da Câmara no início da intervenção, traçou claramente em três áreas distintas aquilo sobre o qual aquele Plano se irá revestir: -----

----- Primeiro :o rigor, a técnica e a eficácia.-----

----- Segundo: sobre o ponto de situação que transita da conta de gerência do executivo anterior, e que irá ter repercussões inevitáveis naquele Plano e Orçamento.-----

----- Terceiro nas definições da linha de estratégica num futuro curto- médio prazo, que ficou definido em eixos de desenvolvimento actuação que o Sr. Presidente soube evidenciar.-----

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro, dizendo que, deverão ser tecidos alguns comentários de carácter político à intervenção do Vereador Pedro Machado. Lembrou ainda que quem hoje representa a oposição nada teve que ver , e não teve nenhuma participação activa com o que se vinha a fazer, nos últimos anos no Concelho. Também ao referir a sua pré- disposição para valorizar, para apoiar, para colaborar, não a pode colocar num patamar de subserviência. A sua forma de estar passa por tentarem ser cooperantes, tentar apreciar aquilo que de bem se faz, e ao mesmo tempo responderem perante aqueles que os elegeram. O que se deve felicitar ali, é que aquela convergência que existe,

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2002 de Março de 25

é uma convergência de cidadania, de territorialidade, e não tanto uma convergência que esteja a atenuar as diferenças políticas que existam, obviamente que as existem. E quando disse ao executivo que, apresentava um Plano, mais socialista do que aquele que apresentariam, tem a ver apenas com opções que pessoalmente, lhe parece exacerbaram o protagonismo da própria Autarquia. Pessoalmente subscreveria um determinado plano onde fosse dado maior protagonismo à sociedade civil, onde estivessem mais claras as incumbências e os desafios que a Câmara Municipal deve fazer à sociedade civil e para a qual fossem passadas mais competências. O caso das Juntas de Freguesia, não as pode considerar propriamente a sociedade civil, mas iria mais longe dentro das competências. Eles próprios admitiram que no passado foram cometidos alguns erros, erros mais ao nível da execução do que propriamente ao nível do sentimento com que as coisas eram feitas, porque quando se fala em projecto global de saneamento básico para o Concelho, não é nenhuma inovação, sempre foi dito, nos últimos oito anos, pelo anterior Presidente da Câmara, provavelmente não da forma mais adequada, mas foi a grande prioridade dos anteriores executivos: saneamento básico e águas, por isso o concelho ficou como ficou e o anterior executivo e o Partido Socialista ficou penalizado pela forma como as coisas foram feitas.-----

----- Na questão Social, Cultural e Recreativa, há uma inovação na componente desportiva, de um trabalho directo da Câmara Municipal com as Escolas, nunca tinha sido feito nestes últimos anos. Pensa que faz falta perceberem qual o plano de desenvolvimento cultural e plano de desenvolvimento social para o futuro, e neste plano há um compromisso de construir um plano, que a actual maioria, não considera que seja um plano fantástico, antes pelo contrário: é um plano de compromisso entre o passado, o presente e um pouco do futuro, e daí a sua aceitação daquele desafio e daquele compromisso. Para terminar referiu estarem comprometidos com a decisão que venham a tomar na Quarta-feira, dias vinte e sete de Março de dois mil e dois, e pelas suas intervenções já perceberam ser uma decisão cooperante àquele plano. Referiu ainda que o que os une é serem todos de Montemor. -----

----- Interveio o Vereador Emidio Fidalgo dizendo que, o Vereador Pedro Machado tinha referido que a discussão daquele orçamento era uma novidade clara, é obvio que sim, porque até ali eram membros da Assembleia Municipal, e apanhavam a discussão do plano de uma forma totalmente diferente. Gostaria de corrigir a forma como o disse, porque o governo Socialista nesta Câmara, teve como grande arrojo a água e o saneamento, é fácil

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2002 de Março de 25

de perceber que o Partido Social Democrata está a continuar o arrojo que teve o Partido Socialista. -----

----- Retomou a palavra o Presidente da Câmara dizendo que, gostaria de deixar dois reparos: ou a legislação vigente começa a ser "castradora" de muitas das ideias ali apresentadas, ou estão a ser demasiado ambiciosos. A legislação que está em vigor da delegação de competências das Juntas de Freguesia, autoriza que a Câmara pode legar competências desde que autorizada pela Assembleia Municipal, mediante a celebração de protocolos, nas seguintes áreas: conservação e limpeza de valetas, bermas e caminhos; conservação, calcetamento e limpeza de ruas e passeios; gestão e conservação de jardins e outros espaços ajardinados; colocação e manutenção de sinalização toponímica; gestão, conservação, reparação e limpeza de mercados retalhistas; gestão, conservação e reparação de equipamentos de propriedade do município, nomeadamente equipamentos culturais e desportivos, escolas e estabelecimentos pré- escolares, cresces e jardins de infância , centros de apoios à terceira idade e bibliotecas, conservação e reparação de escolas do ensino básico e do ensino pré- escolar, gestão, conservação e limpeza de cemitérios propriedade do município, e finalmente concessão de licença de caça. Pensa ser demasiado serciador, de uma maior envolvimento daquilo que podem atribuir às Juntas de Freguesias. A segunda questão era dizer claramente que, em relação à margem esquerda do Mondego, nomeadamente o que diz respeito às quatro freguesias, Verride, Vila Nova, Abrunheira e Ereira, existe a possibilidade de se equacionar algum equipamento de desenvolvimento económico. Pode dizer que de momento tudo está encaminhado para que se concretize com alguma celeridade a recuperação do espaço da Ex- X oito, para a instalação de uma empresa de trabalho na área do plástico, pela transferência de uma empresa, dentro daquela área da Figueira da Foz, para Montemor. ---

----- Para concluir gostaria de deixar um desafio: não era o documento que gostaria de ter apresentado, pensa ter ao longo dos próximos anos, a frontalidade e a capacidade de actuar, de não olhar à cor partidária de quem chefia o governo, mas à necessidade premente de ter uma colaboração estreita e clara entre o poder central e o poder local. Contudo acha que também está extremamente expectante e desejoso, que nos anos que se vão seguir , consiga ter uma empatia em que o Concelho possa sair beneficiado. Chama ainda a atenção que todo aquele desígnio será a favor de tudo o que ali foi dito pelas bancadas quer, da maioria, quer da oposição, esperando ver o documento final aprovado, na próxima reunião do dia vinte e sete de Março. -----

----- **1.2.2 - SECÇÃO DE FINANÇAS LOCAIS** -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2002 de Março de 25

-----2- DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PLANEAMENTO -----

-----2.1-DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES -----

----- 1- PDM- RESCISÃO DO CONTRATO COM O IERU -----

----- O Presidente da Câmara informou que na sequência da deliberação de Câmara da reunião anterior e depois dos contactos estabelecidos com o Senhor Professor Henrique Albergaria propunha à Câmara a rescisão do contrato com o IERU. Rescisão essa amigável tendo o Professor Albergaria dito que não iria ter repercussões indemnizatórias, apenas se salvaguardando algumas despesas já efectuadas pelo próprio, mais propriamente que diz respeito ao IVA facturado em dois mil e um, do contracto assinado com a Câmara, o qual deverá rondar cerca de quinhentos e poucos contos, acrescidos de uma despesa mínima que andarà na casa das quatro centenas de contos de trabalhos preliminares feitos. -----

----- O Professor Albergaria solicitou se a Câmara lhe fazia chegar o pedido de rescisão, para que tivessem um documento formal para responderem, anuindo e apresentando estas despesas, que está antecipadamente a dar conhecimento à Câmara, as quais serão depois formalmente apresentadas. -----

----- Disse ainda que, com base no procedimento já ali discutido na reunião anterior, da metodologia a levar a efeito e para a qual a preocupação primária neste momento está a incidir sobre todo o enquadramento técnico dos documentos básicos, a começar pela digitalização da cartografia municipal, bem como os trabalhos preliminares da constituição da equipa interna e depois da abertura do concurso para uma coordenação externa, torna-se necessário que do ponto de vista, alguém, de enquadramento paisagístico e urbanístico do Plano Director Municipal pudesse configurar uma mais valia tecnicamente aceite, de forma aceitável, pelo que propunha a rescisão do acordo/contrato com o IERU. -

----- Seguidamente interveio o Vereador Victor Camarneiro, perguntando qual a base daqueles quinhentos contos de IVA. -----

----- Interveio também o Vereador Emidio Fidalgo dizendo que, na reunião de Câmara em que se abordou esta questão, falou-se em suspensão inicialmente, falando-se agora em rescisão, querendo saber qual a evolução que existiu em relação a tudo isto para que se passasse da suspensão para a rescisão. -----

----- Disse ainda estar a ver uma factura de vinte e dois de Novembro, e que gostaria de saber quando foi feito o contrato com o IERU. Sabia que inicialmente foi feito um protocolo e posteriormente a assinatura de um contrato. Pelo que gostaria de saber as datas de tudo aquilo para ver se a própria factura está ou não no contexto. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2002 de Março de 25

----- Interveio de novo o Presidente da Câmara dizendo que o acordo foi assinado a catorze de Novembro de dois mil e um, e a factura apresentada era de sete dias depois, ou seja de vinte e um de Novembro, de acordo com a cláusula que dizia que um terço era três mil duzentos e noventa contos, a pagar no acto de adjudicação. -----

----- Outras duas informações que se tornam pertinentes dar na sequência do pedido de esclarecimento do Vereador Emidio Fidalgo era: primeiro quando foi falado a suspensão, foi porque inicialmente teria havido o contexto discutido numa reunião. Posteriormente e por iniciativa do Sr. Professor Henrique Albergaria, pediu para se passar à outra forma Jurídica, uma vez já existindo despesa feita e para que não houvesse, na base dessa suspensão, alguma situação dilatória temporal, seria preferível aceitarem a rescisão, se a Câmara tomasse aquela iniciativa, os ressarcissem sobre as despesas já efectuadas, e depois mais tarde se fosse necessário, retomar-se-ia toda a tramitação processual. Naquele momento levou à reunião de Câmara aquele processo com nova forma jurídica de estabelecer a rescisão por sugestão e por iniciativa do próprio Presidente do IERU. Deveria ainda ser esclarecida uma questão que foi levantada na ultima reunião, quando foi aprovada a revisão do PDM e o envio à DAROT, comunicando aquela mesma revisão, para que tivesse efeitos, houve algumas duvidas se aquela situação já não teria ocorrido anteriormente, no dia dois de Junho de noventa e nove a deliberação de Câmara que há não é completa dizendo apenas o seguinte: "O Presidente propôs que a Câmara desse inicio aos trâmites processuais necessários com vista à revisão, tão rápida quanto possível do PDM , nomeadamente recorrendo à contratação de uma equipa técnica, dando-lhe ainda plenos poderes para o efeito.". O que se deve manter é que na sequência daquela deliberação têm que formalmente aprová-lo e oficializar a DRAOT para que autorize e tenha conhecimento de todo o procedimento. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade rescindir o contrato com o IERU, aprovar a revisão do PDM e comunicar formalmente o mesmo à CCRC/DRAOT.

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

-----3. DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS -----

-----3.1. – DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS -----

----- 3.1.1. – SECTOR DE ADMINISTRAÇÃO DIRECTA. -----

----- 3.1.2. – SECTOR DE VIATURAS E EQUIPAMENTO. -----

----- 3.1.3. – SECTOR DE ABASTECIMENTO PÚBLICO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA. -----

----- 3.1.4– SECTOR DE SANEAMENTO BÁSICO. -----

-----4. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL -----

-----4.1. DIVISÃO DE CULTURA E TURISMO -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2002 de Março de 25

----- 4.2. DIVISÃO DE DESPORTO-----

----- 4.3. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, ACÇÃO SOCIAL E SAÚDE-----

----- 1-CANDIDATURA AO PROGRAMA DA REDE SOCIAL

-----Foi apresentada uma informação relativamente à Candidatura ao Programa da Rede Social, que visa essencialmente dois objectivos globais: por um lado as parecerias com as Comissões Sociais de Freguesias, e por outro um dos objectivos prioritários, com a implantação da rede social, a questão do diagnóstico social concelhio. O Despacho Normativo oito de dois mil e dois de doze Fevereiro, vem regulamentar o programa de apoio à implantação da Rede. -----

-----Basicamente a candidatura envolve montantes globais na ordem dos trinta e três mil setecentos e quarenta e três euros e dezanove cêntimos a serem suportados, na totalidade pelo IDS, e é com base naquela prerrogativa, que se submete à Câmara Municipal a possibilidade de fazerem a candidatura. -----

-----As Acções a desenvolver, bem como orçamento constam em anexo (anexo numero dois).-----

-----Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo que, se já existe um valor é porque já existe um projecto, uma candidatura. Talvez tivesse sido interessante terem podido ter algum acesso àquela candidatura, até porque poderiam dar algumas ideias ou sugestões. Disse também que, tem algumas duvidas sobre a questão das Comissões Sociais das Freguesias. A Rede Social Concelhia, o órgão mais centralizador acabe por ter que desempenhar uma função que substitui em certa medida aquelas freguesias ou que reforce aqueles freguesias onde não exista condições para serem criadas as Comissões Sociais de Freguesias. Gostaria de saber qual a intenção da Câmara Municipal do ponto de vista dos recursos humanos, se a Câmara Municipal vai ou não afectar recursos humanos, porque esta comparticipação do IDS, não esgota as necessidades da rede social. -----

-----Tomou a palavra o Vereador Pedro Machado dizendo estar prevista na candidatura a afectação de um técnico superior, para que de alguma forma possa servir de motor impulsionador, não só de estabelecimento das próprias parcerias, como também vir a intervir naquelas dificuldades inerentes às próprias Comissões das Freguesias, tem previstos encargos com formação.-----

-----Interveio o Presidente da Câmara dizendo que, em relação à proposta propriamente dita pensa que deverão aprová-la, mas pedia aos serviços, que quando houvesse deliberações do género de contratos programa, acordos, etc., que seja dado

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2002 de Março de 25

previamente conhecimento dos documentos para a leitura dos elementos por parte da oposição.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade a candidatura à Rede Social. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

ENCERRAMENTO-----

----- Terminada a Ordem de Trabalhos, pelas dezanove, foi pelo Presidente da Câmara, encerrada a reunião da qual para constar se elaborou a presente acta, sob a responsabilidade da Directora de Departamento de Administração Geral, que vai ser assinada nos termos da Lei na reunião seguinte.-----

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

Luis Manuel Barbosa Marques Leal, Dr.

A DIRECTORA DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL,

Maria Celeste Caldas Pires Pereira Leite Castela, Dr^a.